



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Publicação no D.O.E	
nº. 33587	pág. 11/12
de: 16 / 08 / 17	
Caderno: Pub Diversas	

CONSELHO DIRETOR DECISÃO Nº 314/2017	
INTERESSADO (A):	Sérgio Orleans de Melo Gadelha
ASSUNTO:	Inadimplência de Prestação de Contas no âmbito do Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados do Estado do Amazonas – RH-INTERINSTITUCIONAL, Edital nº 002/2011.
PROCESSO Nº:	062.0000332.2017-FAPEAM

DECISÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO DIRETOR da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS, em reunião realizada nesta data, considerando:

a) que o pesquisador **Sérgio Orleans de Melo Gadelha** não apresentou a Prestação de Contas Técnica Final do projeto "*Variabilidade Climática a sua Influência na Vazão de Rios da Bacia Amazônica*", âmbito do Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados do Estado do Amazonas – RH-INTERINSTITUCIONAL – Edital nº 002/2011, aprovado por meio da Decisão nº 081/2011-CD/FAPEAM;

b) a manifestação da Assessoria Jurídica desta FAPEAM, opina pela devolução do recurso recebido pelo interessado, tendo em vista o descumprimento do item 11, alínea "e" e "f" do Edital nº 002/2011, aplicação de penalidade tomando como base a Resolução nº 003/2017- CD/FAPEAM e que seja remetida cópia dos autos à Procuradoria Geral do Estado do Amazonas-PGE para inscrição do interessado em Dívida Ativa do Estado, com fins de recuperação de crédito aos cofres públicos nos termos do art. 2º, §3º da Lei nº 6.9830/1980,

DECIDIU:

I **DETERMINAR** a devolução dos valores recebidos pelo Senhor **Sérgio Orleans de Melo Gadelha**, no âmbito do Programa RH-INTERINSTITUCIONAL, na importância de R\$ 10.572,00 (dez mil, quinhentos e setenta e dois reais), com as devidas correções, em razão do o descumprimento do item 11, alínea "e" e "f" do Edital nº 002/2011;


II **APLICAR** penalidade com a inclusão no cadastro de inadimplentes desta Fundação pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no item II da Resolução nº 003/2017-CD/FAPEAM;

III **CIENTIFICAR** o interessado da Decisão do Colegiado;

IV **ENCAMINHAR** cópia dos autos do processo administrativo à Procuradoria-Geral do Estado – PGE/AM, em caso do não cumprimento do estabelecido no item I, para inscrição do interessado em Dívida Ativa do Estado do Amazonas, com fins de recuperação do crédito aos cofres públicos nos termos do art. 2º, §3º da Lei 6.830/1980.

SALA DE REUNIÕES, em Manaus, 20 de julho de 2017.


René Levy Aguiar
Presidente


Aline Cristina Reis Lauria
Diretora Técnico-Científica, substituta.
Conselheira


André de Santa Maria Bindá
Diretor Administrativo-Financeiro
Conselheiro